



**ESTADO DE GOIÁS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRACANJUBA**

---

**DECRETO Nº 58/2022**

*De 15 de março de 2022*

**Estabelece normas operacionais em atenção às medidas de enfrentamento da pandemia em razão da disseminação do novo coronavírus COVID-19 para o exercício de atividades econômicas no Município de Piracanjuba, e dá outras providências.**

O **PREFEITO MUNICIPAL DE PIRACANJUBA**, Estado de Goiás, Claudiney Antônio Machado, no uso de suas atribuições legais e da Lei Orgânica do Município de Piracanjuba;

**CONSIDERANDO** o disposto na Lei Federal nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, que *“Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019”*;

**CONSIDERANDO** a Nota de Recomendação nº 2/2022 – SES/SUVISA-03084, emitida pela Superintendência de Vigilância em Saúde de Goiás;

**CONSIDERANDO** a reunião do Comitê de Enfretamento à Covid-19 em Piracanjuba/GO, realizada na data de 15 de março de 2022.

**D E C R E T A:**

**DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS, DO COMÉRCIO E DAS DEMAIS ATIVIDADES EM GERAL**

**Art. 1º** - Fica estabelecido o horário de funcionamento das atividades econômicas, dos estabelecimentos comerciais e das atividades em geral de forma presencial, limitado da seguinte forma:

I – os estabelecimentos comerciais e os que se destinam à diversão pública tais como bares, boates e congêneres, além de quaisquer outros que comercializem bebidas alcoólicas, somente poderão funcionar das 06h até as 00h, e na sexta-feira, sábado e véspera de feriado, das 06h às 03h do dia seguinte (de acordo com Lei Municipal nº 1.329 de 02 de abril de 2008);



**ESTADO DE GOIÁS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRACANJUBA**

---

II - Organizar os pontos de trabalho, mantendo o distanciamento entre os colaboradores, bem como disponibilizar álcool 70% (setenta por cento) para funcionários e clientes, que deverão ser disponibilizados em locais visíveis e de fácil acesso;

III - Proibir a entrada de consumidores, fornecedores ou trabalhadores que não estejam utilizando máscaras nos estabelecimentos comerciais;

IV - O horário de funcionamento dos postos de combustíveis poderá ser de até 24h (vinte e quatro horas).

Parágrafo único – todos os estabelecimentos comerciais deste município deverão seguir os protocolos e normas estabelecidas pelo Ministério da Saúde, Secretaria Municipal e Estadual de Saúde e Vigilância em Saúde Municipal, devendo manter distanciamento mínimo de 2,5m (dois metros e meio) entre as mesas, obrigação do uso de máscaras, e capacidade máxima de 75% (setenta e cinco por cento) de ocupação do recinto.

**DAS FEIRAS LIVRES**

**Art. 2º** - Ficam autorizadas no âmbito deste município a realização de feiras livres, feiras hortifrutigranjeiros, gêneros alimentícios ou de qualquer comercialização de produtos, às **quartas-feiras e domingos**, com ocupação de no máximo 75% (setenta e cinco por cento) da capacidade do local, e ainda devem funcionar observando as boas práticas de operação padronizadas pela Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Goiás, devendo as bancas ser montadas com distanciamento mínimo de 2,5m (dois metros e meio), as filas organizadas com distanciamento entre os consumidores e a colocação de mesas e cadeiras.

**Art. 3º** - Fica autorizado às atividades da Feira livre nas **sextas-feiras** (Frutos da Terra), respeitando a ocupação de no máximo 75% (setenta e cinco por cento) da capacidade do local e os protocolos de biossegurança, frisando que a responsabilidade dessas ações será dos organizadores do evento.

**DAS ATIVIDADES RELIGIOSAS**

**Art. 4º** - Fica autorizado às atividades e organizações religiosas para atendimentos individualizados previamente agendados, ficando autorizada a realização de missas, cultos e celebrações,



**ESTADO DE GOIÁS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRACANJUBA**

com o número máximo de 75% (setenta e cinco por cento) da capacidade total do templo religioso, ficando também autorizada a realização de forma on-line, seguindo as seguintes restrições:

I – disponibilizar local e produtos para higienização de mãos e calçados, antes da entrada do templo;

II – uso obrigatório de máscaras por todos os presentes;

III - higienização de todos os assentos e superfícies de contato com álcool 70% (setenta por cento) entre uma reunião e outra;

IV – arejar o espaço do templo com portas e janelas abertas.

Parágrafo único. É obrigatório o uso de medição de temperatura dos fiéis na entrada do templo mediante termômetro infravermelho, sem contato, ficando vedado o acesso daqueles que apresentarem quadro febril superior a 37.8°.

**DAS ACADEMIAS E ATIVIDADES ESPORTIVAS**

**Art. 5º** - As academias, pilates e treinos funcionais poderão funcionar parcialmente suas atividades, com horário de funcionamento estabelecido no inciso I do art. 1º, respeitando o limite mínimo de distanciamento de 2,5m (dois metros e meio) entre os frequentadores, com as seguintes restrições:

I – as academias poderão funcionar com 75% (setenta e cinco por cento) da capacidade total de lotação do estabelecimento;

II – devem disponibilizar produtos de limpeza e álcool 70% (setenta por cento) junto à entrada, área de treino e banheiros;

**Art. 6º** - Ficam liberados os campeonatos municipais de futebol e jogos amistosos, devendo seguir os protocolos estabelecidos pela Vigilância em Saúde, obedecendo ao limite de público de 50% (cinquenta por cento) da capacidade total de lotação do local de realização dos jogos;

**DAS REDES MUNICIPAIS DE ENSINO E ESTABELECIMENTOS EDUCACIONAIS PÚBLICOS E PRIVADOS**

**Art. 7º** - Permanecem autorizadas as aulas presenciais de todas as instituições de ensino público, seguindo cronograma regulamentado pela Secretaria Municipal de Educação, bem como os protocolos exigidos pelas autoridades em saúde.

§1º Estabelecimentos privados e públicos de ensino regular nas etapas infantil, fundamental e médio:



**ESTADO DE GOIÁS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRACANJUBA**

---

I – limitado à capacidade que assegure distância de 1,5m (um vírgula cinco metros) entre os alunos, professores e demais funcionários nas atividades educacionais presenciais;

II – adota o critério de 2,25m<sup>2</sup> (dois vírgula vinte e cinco metros quadrados) por aluno para efeito de cálculo da capacidade de cada ambiente de sala de aula;

§2º - Cursos livres: limitado à lotação máxima de 75% (setenta e cinco por cento) de sua capacidade de acomodações, nas atividades presenciais;

§3º - Poderá haver alterações quanto ao funcionamento dos estabelecimentos privados de ensino de acordo com as deliberações das autoridades estaduais e municipais em saúde, bem como pelo COE Estadual e Municipal.

**DO CENTRO DE CONVIVÊNCIA DA MELHOR IDADE**

**Art. 8º** - Fica autorizada a retomada das atividades do Centro de Convivência da Melhor Idade – CCMI, obedecendo o número máximo de 75% (setenta e cinco por cento) da capacidade total do estabelecimento, apresentação do cartão de vacina contra COVID-19 pelos participantes e cumprimento dos protocolos de biossegurança.

**DA REALIZAÇÃO DE FESTAS, EVENTOS E REUNIÕES**

**Art. 9º** - Ficam autorizadas à realização de festas e eventos, com capacidade máxima de 150 (cento e cinquenta) pessoas, na zona rural e urbana, inclusive em residências, sítios, chácaras, entre outros, obedecendo a ocupação máxima do limite de 75% (setenta e cinco por cento) do local.

Parágrafo único – As festas e eventos deverão ser informados à Vigilância em Saúde e apresentada uma lista com nome e telefone de cada convidado, para a elaboração do termo de responsabilidade e compromisso, no prazo de 7 (sete) dias antes da realização do evento/festa.

**DOS VELÓRIOS E SEPULTAMENTOS**

**Art. 10º** - Fica estabelecido o fluxograma para velórios no Município, da seguinte forma:

I – Óbitos com diagnósticos de COVID-19 não haverá velórios, devendo o caixão lacrado ser sepultado imediatamente apenas por familiares de 1º grau;

II – Óbitos não sintomáticos poderão ser velados por 04 (quatro) horas, com caixão normal, e o público rotativo;



**ESTADO DE GOIÁS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRACANJUBA**

---

III – Óbitos sintomáticos sem diagnósticos deverão ser velados fora da sala de velórios, com tenda ao ar livre, caixão fechado com visor, por 04 (quatro) horas e com público restrito (familiares e rotativo).

Parágrafo único – Aos óbitos que serão permitidos serem velados, devem obedecer a ocupação máxima do limite de 75% (setenta e cinco por cento) do local.

**DOS HÓTEIS E CORRELATOS**

**Art. 11** - Ficam autorizados a funcionar hotéis e correlatos, para abrigar aqueles que atuam na prestação de serviços públicos ou privados considerados essenciais ou para fins de tratamento de saúde, devendo ser respeitados o limite de 75% (setenta e cinco por cento) da capacidade de acomodações, ficando autorizado o uso de restaurantes exclusivamente para os hóspedes, devendo ser observadas, no que couberem, as regras e protocolos estabelecidos pela autoridade de vigilância sanitária e epidemiológica municipal;

**DOS CLUBES RECREATIVOS**

**Art. 12** – Fica autorizado o funcionamento das atividades dos clubes recreativos, seguindo o horário estabelecido no Inciso III do Artigo 1º.

Parágrafo único - Ficam autorizadas as áreas de piscina e sauna com a limitação de 75% (setenta e cinco por cento) da capacidade.

**DAS ATIVIDADES QUE CONTINUAM SUSPENSAS**

**Art. 13** - Continuam suspensas as seguintes atividades:

- I – a visitação a presídios, de acordo as normas previstas no Decreto Estadual;
- II – a visitação a pacientes internados com diagnósticos de coronavírus, ressalvados os casos de necessidade de acompanhamento a crianças;

**DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 14** - Fica desobrigado o uso de máscaras em locais abertos sem aglomerações, exceto quando o indivíduo estiver com sintomas de síndrome gripal.



**ESTADO DE GOIÁS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRACANJUBA**

---

**Art. 15** – Continua sendo obrigatório o uso de máscaras de proteção individual para permanência e circulação em espaços fechados públicos e privados, durante a vigência das medidas de enfrentamento da emergência em saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia da COVID-19.

**Art. 16** - O estabelecimento comercial que descumprir as normas mencionadas neste Decreto, poderá ser penalizado com a aplicação de multa, e caso reiterado, o estabelecimento será interdito pelo prazo de 30 (trinta) dias, ou a cassação de alvará de funcionamento por prazo indeterminado.

§1º O descumprimento dessas normas implicará em crime de desobediência acarretando multa no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) que deverá ser revertida ao Fundo Municipal de Saúde para o combate ao COVID-19, podendo ser duplicada a cada reincidência, não excluindo outras medidas punitivas legais.

§2º O estabelecimento comercial que ocorrer em reincidência ao descumprimento das normas impostas neste Decreto Municipal, terá a suspensão de suas atividades em 07 (sete) dias, podendo ser majorado em 30 (trinta) dias ou revogação do alvará de funcionamento.

§3º Fica determinado que prevalecerá a atividade principal constante no CNPJ do estabelecimento comercial para o cumprimento do disposto neste Decreto.

**Art. 17** - Em caso de desobediência às determinações previstas neste Decreto quanto aos requisitos para realização de festas, ainda que domiciliares, ou eventos não autorizados durante a pandemia, os responsáveis sofrerão multa administrativa no valor de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) por pessoa que deverá ser revertida ao Fundo Municipal de Saúde para o combate ao COVID-19, podendo ser duplicada a cada reincidência, não excluindo outras medidas punitivas legais.

**Art. 18** - As pessoas que não utilizarem as máscaras em ambientes fechados ou em locais abertos com aglomeração estarão descumprindo medida sanitária e conseqüentemente se enquadrando no crime de desobediência, o que acarretará em multa no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais), podendo ser dobrada a cada reincidência.

**Art. 19** – O grupo de pessoas que estiver causando aglomeração em locais públicos, como ruas e calçadas, sem respeitar o distanciamento mínimo 2,5m (dois metros e meio), poderá receber multa no valor de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais) por pessoa, podendo ser dobrada a cada reincidência.



**ESTADO DE GOIÁS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRACANJUBA**

---

**Art. 20** - As denúncias pelo não cumprimento das normas de segurança dispostas neste decreto, bem como outras denúncias relacionadas ao enfrentamento à pandemia em decorrência do COVID-19, poderão ser realizadas através dos canais de comunicação da Polícia Militar do Estado de Goiás (números 190, 064-99338-9341 e 064-99971-9063) e da Fiscalização Municipal (número 064-99971-6797).

**Art. 21** - Este Decreto entrará em vigor em 16 de março de 2022, devendo ser publicado no mural oficial, no site oficial e nas redes sociais oficiais da Prefeitura Municipal de Piracanjuba.

**Art. 22** - Fica revogado os dispositivos em contrário.

**GABINETE DO PREFEITO DE PIRACANJUBA**, ao 15 de março de 2022.

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Claudiney'.

**Claudiney Antônio Machado**  
Prefeito do Município de Piracanjuba/GO